

PROPOSTA PARA AVALIAÇÃO DO ELEITOR

CONCORRENTE AO CARGO LEGISLATIVO – Julio Cesar Cristino da Rosa.

ACELERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

Julio Cesar

O que posso dizer sobre nossa política.

Reflete sobre o fato dos candidatos ainda agirem sobre a premissa de que são "representantes", por isso, quando eleitos, tomam decisões conforme suas convicções pessoais e partidárias; eles colhem diárias, indicam pessoas para cargos de confiança e ainda cobram, e muito caro para isso...

O caminho que sigo tem como dever ouvir, respeitar e defender a vontade das pessoas, onde abrindo mão de convicções pessoais e partidárias votarei como quer a comunidade, sem diárias, mordomias e indicação de cargos, recebendo o mesmo que um professor e se comportando como emissor das decisões da sociedade.

O FOCO DE MINHA LEGISLATURA, CASO ELEITO, SE DARÁ EM DUAS FRENTE DE TRABALHO:

Primeiro buscarei legitimar a “plataforma de desenvolvimento”, | ou seja:

Provocar os seguintes aspectos legais como justificava:

Usar os instrumentos previstos no artigo 48 da LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 e outros do Estatuto da Cidade LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 para justificar o método consultivo; usar as exigências da LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 para justificar o Desenvolvimento de um Software para atender a transparência da referida LEI; já o desenvolvido, se deste software se dará por participantes de programas sociais que adquiriram a profissionalização específica, amparado isso pelo DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014 e ainda. o próprio valor excedente ao piso de professor nos ganhos do Vereador.

No tangente aos Cargos de Provedor em Comissão, já que não há como extinguir completamente funções que dependam da confiança de quem nomeia, mitigar, para criar a exigência de que recaia a escolha em servidor de carreira, também como, profissionalizando tecnicamente estes e outros participantes de programas sociais para

ocupar posições de foro técnico, tanto para elaboração e aprimoramento destes programas, como para orientar o bom-senso da intervenção popular na Administração Pública.

No segundo momento, sua execução respeitando teoricamente, / estes aspectos:

Provocar os seguintes aspectos sociais, culturais e econômicos:

Com o desenvolvimento de uma “APLICAÇÃO WEB”, ou seja, um programa de computador que funciona via internet, tendo como princípio norteador permitir a participação contínua da sociedade na política, que, ao exercer influência nas decisões legislativas e executivas, cause mudanças sociais e culturais a ponto de alterar o senso-comum. Nossa idealização teórica se dá inicialmente no conceito democrático da Grécia clássica; corporificando-se no formalismo ético de Kant para se sustentar no dever pelo dever; fundamentalmente se atualiza nas perspectivas urdidas no conceito de Estado Social apresentadas por Hermann Heller, consideramos ainda, pela didática e assertividade, Mário Lucio Quintão Soares em sua Teoria de Estado onde, somamos a essas construções os elementos da Teoria Constitucional Da Democracia Participativa de Paulo Bonavides;

Pôr fim, utilizando as estruturas da Sociedade da informação na política, inserindo a técnicas de redes de conhecimento, contextualizando o que hoje melhor expressaria como realização a Democracia Compartilhada, onde, focar o desenvolvimento local na “cidade geradora” “Tavares”, proporciona geração de propriedade intelectual, agregando valor a causa, conhecimento que estabelece aspectos microeconômicos como o da economia da informação.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE NOSSA PROPOSTA.

Entendemos que a formação de consciência social, mesmo que assentada sobre senso comum, está em constante mutação dado o próprio contexto de sociedade e cultura; entendemos que a sociedade contemporânea está inserida num processo de mudança onde as novas tecnologias são as principais responsáveis pela transmissão da informação e, obviamente, onde se assenta a melhor e mais econômica possibilidade de geração de aprimoramento cultural, ademais o próprio mensurar, pois se podem colher dados devido aos fatores de “redes de conhecimento” proporcionados pela tecnologia da informação,

por isso, será através delas que apresentamos essa proposta para construirmos uma possibilidade de evolução sociocultural e amadurecimento dos conceitos econômicos, onde o foco será a interação entre senso comum e o Estado, sendo que o senso comum se apresenta através das pessoas e o Estado através dos políticos, comprometidos com esta causa, Política Participativa.

A democracia é algo que só se aprende praticando, o problema maior, a bem ver, não é assegurar a maior participação, mas sim fazer com que as regras do debate, da ponderação e reflexão, se realizem a partir das propostas e não de julgamentos que se inflam em paixões de caráter pessoal e subjetivo, de quem quer que seja, ressalvo obviamente compreendermos que a vontade geral é muito mais importante que a de um só.

Imaginemos o próprio senso comum, hoje norteador de convicções partidárias em um espectro político que se regula pela polarização e, que a seu tempo tem feito a política progredir, entretanto, se o senso comum se colocar como norteador futuro na era da informação; encontraremos justamente o seu conflito com o bom-senso e, assim como essa ideia surgiu do mais honesto observar do contexto político nacional, um ponto de curva deste conflito pode aparecer e nele outros moldes de reflexão. Possibilidade essa que irá revelar, se não pelo descaso do homem comum para consigo mesmo, do homem público para com o engendramento que figura, um novo estado de consciência. Não mais pelo desgaste de uma polarização que se reconstrói na figura de um político salvador, mas sim, entre o senso comum e o bom-senso, equilibrando a balança do saber, para que as perspectivas desta era se apresentem com valores intrínsecos ao em comum, dado o burilar dos acontecimentos que esse modelo de Política Compartilhada proporciona a humanidade.

Pois, se o espectro político não resolve, não podemos tentar outra abordagem?

De mais a mais, toda e qualquer cosmovisão que não seja dominante, necessariamente, será utopia; mas lembremos, utópico não quer dizer nem inexecutável nem necessariamente estapafúrdio.

Convidamos a todos para participarem desse projeto, auxiliem nessa caminhada, construam, sejam, essa árdua etapa que em nós mesmos primeiro é, para depois se ir ao em comum.

Nossa em essência, política, este em tudo, partidos, são só uma forma de a fazer... Parte de um todo, da vida, onde o que somos e como nós representamos para o entorno fica exposto, visto que a política é assimilar o seu mundo para se completar no do outro.

Nunca esquecem que a política não torna ninguém melhor pior ou melhor, apenas mostra o que cada um é! “Jorge Antonio Oro.”

Pensem, que iremos com certeza progredir, sempre!

SOBRE O ASPECTO SOCIAL.

Podemos dizer que consiste em incentivar as pessoas a participar ativamente da coisa pública, conforme é sua área do conhecimento, tendo como fim o que a todos é em comum, contextualizando assim o que é social, sempre, como aquilo que pertence a todos e por todos deve ser por igual usufruído, sejam serviços, bens e informações.

Buscar através da intervenção sobre a administração do Estado em si, promover cada vez mais indivíduos conscientes de sua área de atuação, onde a responsabilidade destes para com o conhecimento com o qual edificam a sociedade, os faz sempre, mais quererem exercer intervenção a fim de enriquecer o que é público construindo uma sociedade sobre o preceito de sua própria ética profissional.

Demonstrar que a política ser social, não se refere somente ao assistencialismo material, ela deve expandir a construção de relação dos indivíduos com responsabilidade para que estes tomem as rédeas do que os compete, como um valor, uma vez que, saber verdadeiramente sobre é algo é saber também sobre os reflexos de negligenciar agir em prol disso, assim sendo, havendo conhecimento de causa, uma vez que a política nos permita expressar e exercer isso pela participação, tornar-se isso também um dever social, o dever de intervir; meio pelo qual podemos interferir nas áreas a cargo do Município, Estado ou Nação.

Pois como diz Voltaire: Todo homem é culpado pelo bem que não fez!

SOBRE O ASPECTO CULTURAL.

Consiste em disponibilizar as informações referentes aos atos e fatos públicos e políticos da governança e governabilidade, com total fidelidade a integridade e o inteiro teor destes,

de forma didática e objetiva usando os mecanismos da Sociedade da Informação, a memética e as Redes Sociais, proporcionando assim a disseminação necessária para o entendimento e avaliação popular, o que consecutivamente poderá impulsionar o acultramento dos cidadãos em seus valores intelectuais, ou seja, a sua cultura,

Pensamos ser este o meio de tornar a participação pública, Juiz e algoz, onde a natureza da política é em si aquilo que decidem os cidadãos, dando a todos a consciência de que, o que hoje chamamos de resultado da representação de políticos sem compromisso, na verdade é, o nosso anterior desinteresse para com a coisa pública, quando na não participação continua permitimos o desvio dos interesses da Sociedade.

Conscientemente, ressalvo, respeitando todo o caráter científico e técnico existente, o que compreendemos como a formação de Consciência Participativa e assim a denominamos. Poderemos quem sabe provocar a elevação do senso-comum, em conflito com bom-senso, uma vez que, aquilo que as pessoas semearmos será aquilo que colherão.

Essa colisão, demonstrará que a responsabilidade carregamos é conosco, invés viver de tempos em tempos, nas eleições, escolhendo representantes, onde mais parecemos negligenciarmos nossas responsabilidades individuais perante a sociedade, do que viver pelo bem, pelo bom e pelo belo, pela lógica, peça ética e pela Estética.

OBRE EVOLUÇÃO SOCIAL E CULTURAL.

Nossa concepção sobre o social e cultural não é estreita, compreendemos que a aplicação de qualquer ideia decorre do pragmatismo sobre mudanças específicas em sociedades individuais e argumentamos isso dado o fato de sociedades diferentes estarem em etapas diferentes do desenvolvimento.

Há estudiosos com teorias suficientes para trazer luz uma a sociedade moderna, com metodologias de evolução cultural e evolução social, para não aferir sem precisão conteúdos extensos, pedimos aos membros mais envolvidos sobre o tema proposto que estudem seus aspectos, pois, essa Plataforma De Democracia Compartilhada em essência, tenta se sobressair a qualquer ótica em acepção tanto no sentido da sua construção como de legado, assim sendo, comportando toda posição como injeção estimulante para nosso aperfeiçoamento.

Entendemos que aqui é o lugar onde todos são ouvidos e só iremos enriquecer a propriedade intelectual do grupo com a sua participação, para que, na medida da gestão e disseminação de nossa rede de conhecimentos, se de o aprofundamento requerido aos envolvidos, pelos envolvidos.

POLÍTICA PARTICIPATIVA & INTERVENÇÃO.

Como será possibilitada essa intervenção, | [constante?](#)

Nesse primeiro momento, através do processo legislativo, elegendo Vereadores para praticar o papel de emissário e que se comprometam com a causa da Política Participativa e respeitem a intervenção popular contínua. Compartilhamos a ideia, que o legislador deve abandonar o papel de representante e trabalhar como emissário, respeitando a vontade do povo, se instruindo a agir pelo processo democrático direto, ou seja, a intervenção.

MAS ELEIÇÕES SÃO DE QUATRO EM QUATRO ANOS!| COMO SERÁ FEITO?

Nossos esforços estão em proporcionar um sistema de votação on-line e ou plebiscitário, no qual firmamos o respeito à vontade coletiva e onde estabelecemos que “uma democracia real” é o exercício contínuo do posicionamento popular, isso possui várias denominações como, – Democracia Experimental, Democracia Participativa, Democracia Compartilhada ou Política Participativa.

Ao focarmos na informação sucessiva ao cidadão, dos tramites legislativos e executivos, também como do comportamento de figuras públicas através de comissões e reuniões que ensinaremos transmitir ao vivo , expomos toda e quaisquer ações políticas partidárias ou pessoais, na verdade, gerando a possibilidade de que se observe intenções de partidos, políticos ou entidades, para que, quando não baseadas no dever pelo dever, possamos de fato intervir e, no alento da posição pública, façamos valer a vontade de todos e não de um ou alguns.

Se observamos como é hoje o processo, o Vereador segue a posição do partido, o que se denomina voto de BANCADA. Por outro lado, o Vereador que segue os valores da Política participativa respeitará nossa intenção quando votarmos no sistema on-line ou

em plebiscito, para que assim se conduza o posicionamento final dele, como o de emissário!

A PLATAFORMA

Como funciona essa plataforma /

O PROJETO ESTÁ SOBRE AS SEGUINTE DIRETRIZES:

RESPEITAR UM SALÁRIO ESTIPULADO!|

Entendemos que o salário de Vereador vem sendo estipulado pelas bancadas por décadas sem consulta popular, o valor deste tem sido acrescido durante anos sem uma referência social de valor cultural apropriada; isso tornou o cargo legislativo uma fonte de renda e muitos se candidatam para se locupletar e viver do dinheiro público.

Um valor apropriado, compreendemos, deve ter como base na responsabilidade da função e, ainda que não tanta, por parte do legislador, o mínimo que podemos arrazoar designado a profissão seria, ainda que muito os elogiando; o salário do Professor. Mesmo que saibamos serem que os professores que carregam o dever da educação e neles se assenta a responsabilidade de auxiliar os jovens na construção de valores sociais e morais com os quais vão encara o trabalho e o mundo a fim de erigir uma nação, pensem, existiria honra maior para um político receber esse valor, o piso de um professor? Uma vez comparadas as suas funções?

MAS COMO BAIXAR O SALÁRIO!|

Não será um processo de fácil aceitação, ainda que a constituição não permitida e alterar, envolver uma nação nessa discussão e disseminação correta, poderia gerar resultado. Portanto fica o candidato sobre a sigla da Democracia Experimental responsável por depositar o valor excedente em uma conta e realizar periodicamente prestação dessa conta a comunidade.

SEGUIR ORIENTAÇÃO PARA GASTAR OS VALORES CAPTADOS!|

O candidato concorda que só gastará os valores excedentes na conta após deliberado e estipulado via consulta popular, para que, dado a aprovação da comunidade e o fim específico, a fim desses contentos seja feito.

QUAL SERÁ O FOCO DOS GASTOS?|

Será dedicado a realização de cursos profissionalizantes na comunidade, em áreas de interesse social, podendo ser usado para carentes havendo legalidade no ato.

QUEM PODERÁ FAZER OS CURSOS?|

Nossa referência será o Cadastro Único para Programas Sociais que foi instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 e depois revogado pelo Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, onde em seu Art. 2º define o Cadastro Único como um instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.

QUAIS CURSOS SERÃO OFERECIDOS?|

Possuímos primeiramente a demanda da ferramenta de votação on-line que será desenvolvida como uma espécie de portal da transparência e será oferecida a todos os municípios quantos se disponibilizarem a utilizar o sistema, nossa ideia central é fazer os municípios dos primeiros candidatos adeptos da Democracia Experimental darem iniciação a criação desse sistema; todavia isso não exclui a realização de cursos voltados as áreas de necessidade municipal, o que pode ser deliberado via consulta popular.

SEGUIR ORIENTAÇÃO POPULAR!|

O candidato concorda que só dará seu voto após a consulta popular e seguirá está impreterivelmente, ressalvo casos de deliberação técnica onde as sugestões não alcancem os fatos e prejudiquem as ciências em questão.

CARGOS COMISSIONADOS!|

O candidato abrirá mão de comissionar ou indicar quaisquer pessoas a cargos públicos, todavia abrirá votação popular para escolha, respeitando o que segue: A obrigação de focar em jovens, ministrando diretamente ou disponibilizando sua sala, equipamentos e acesso à internet para proporcionar cursos do Senado e Congresso para o fim de atuação na esfera pública, cabendo ainda ao Vereador todo o esforço para proporcionar isso a todos os interessados de acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais. Ressalvo ainda o dever de realizar programas de aprimoramento da consciência política sobre estas disponibilidades.

SEM DIREITO A DIÁRIAS! |

O candidato não retirará diárias, exceto com aprovação por deliberação popular uma vez expressado pelo candidato a luz do bom-senso os fatos, causa e efeitos para o mesmo!

QUAL A GARANTIA?|

O candidato registrará uma carta de compromisso em cartório.

OUTRAS PROPOSTAS!

Trabalhar incessantemente para aumentar a oferta de empregos no município;

Realizar eventos anuais de disputa sobre conhecimentos gerais, a fim de premiar os mais bem colocados com incentivos para universidades, bolsas ou no empreendedorismo local.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E DE CIÊNCIAS

Projetar um espaço físico, especialmente, para a instalação de polo ou laboratório Técnico Científico, que servirá como espaço para a realização de aulas, pesquisa, estudos de ciências e desenvolvimento, pesquisas e aplicações educativas.;

INCENTIVO A STARTUPS “JOVENS”

Buscar disponibilizar recursos para preparação dos jovens, similar ao antigo Programa Brasil empreendedor, a fim de incentivar a abertura de empresas que atuem com tecnologia e internet das coisas

MEU NOEME É JULIO CESAR

MEU NÚMERO É 14137